

# Quem ganha com a "Semana do Agro" na Câmara?



» ALICE DANDARA DE ASSIS CORREIA  
Advogada do Instituto Socioambiental

» MARIANA LYRIO  
Assessora de políticas públicas do Observatório do Clima

A Câmara dos Deputados concentrou, na semana passada, as votações da "Semana do Agro", um esforço liderado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Planejada para coincidir com a Marcha dos Prefeitos — evento anual que atrai milhares de gestores municipais ao Congresso Nacional —, a ofensiva ruralista aproveitou a força política do municipalismo para acelerar pautas que originalmente se propunham a tratar de segurança jurídica, crédito e seguro rural.

Ao longo dos dias, contudo, as pautas colocadas como prioritárias pela FPA foram se desvelando: o enfraquecimento de instrumentos de fiscalização ambiental, a criação de travas setoriais sobre normas ambientais, a redução da proteção de vegetações nativas não florestais e a fragilização de áreas protegidas. Ao final das votações, todas as propostas apontadas como nocivas por ambientalistas haviam sido aprovadas no plenário.

O PL 364/2019 permite que vegetações nativas não florestais sejam convertidas para o uso alternativo do solo, como agricultura, pastagens plantadas e mineração. O texto pode deixar

desprotegidos cerca de 48 milhões de hectares de campos nativos em todo o país, incluindo 50% do Pantanal e 32% do Pampa.

Em paralelo, o PL 2564/2025 protege os infratores ambientais, dificultando a aplicação de embargos e medidas cautelares, como a destruição e a apreensão de maquinários utilizados nos crimes. Agora, os órgãos ambientais ficam obrigados a notificar previamente o infrator nos casos detectados por tecnologia geoespacial, aumentando o tempo entre a identificação do crime e a ação do Estado, o que esvazia um instrumento decisivo para a queda no desmatamento da Amazônia nos últimos anos.

A ofensiva estende-se ao PL 5900/2025, que interfere na autonomia do Poder Executivo ao subordinar os órgãos do governo federal ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que terá a última palavra para a expedição de atos administrativos que toquem a política ambiental do país, como decisões sobre a lista anual de espécies ameaçadas de extinção ou a lista de agrotóxicos proibidos no Brasil.

Por fim, o PL 2486/2026 reduz a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim em 37,4%, para transformar esse percentual em Área de Proteção Ambiental, modalidade de proteção mais flexível, que permite ocupação humana e atividades econômicas sustentáveis. A proposta ainda incluiu a possibilidade de exploração mineral na região.

Salta aos olhos o contrassenso de ver a representação do agronegócio liderar projetos que abrem as portas para a mineração pelo país. O caso da Flona do Jamanxim é emblemático, mas apenas uma das muitas iniciativas que ignoram os impactos irreversíveis da mineração e de seus rejeitos no entorno e nas bacias hidrográficas, as grandes responsáveis por viabilizar a produção

agrícola do Brasil.

Essa ofensiva atende a interesses políticos, empresariais e eleitorais restritos, que não devem ser confundidos com os interesses do produtor rural que está na base, na agricultura familiar, o chão da produção agrícola que produz alimento e sustenta este país.

Apresentar esse pacote de retrocessos como uma "vitória do agro" é um equívoco. A agenda aprovada fragiliza justamente as bases que sustentam o produtor rural: solos férteis, regularidade das chuvas, estabilidade climática e acesso a mercados internacionais. A contradição fica ainda mais evidente sabendo que o agronegócio brasileiro fechou 2025 com recorde de exportações em um contexto de queda expressiva do desmatamento.

Recentemente o Brasil estava no centro de críticas internacionais devido aos recordes de desmatamento. A escolha política pela destruição ambiental isolou o país e pesou na severa legislação antidesmatamento da União Europeia, além de ter sido um dos fatores que impeliu o avanço do Acordo União Europeia-Mercosul.

Ao fragilizar a fiscalização e reduzir a proteção da vegetação nativa, a bancada ruralista assina um termo de autodestruição. O movimento inviabiliza o compromisso — tão celebrado pela comunidade internacional — de zerar o desmatamento até 2030 e prejudica a credibilidade ambiental do país, o ativo mais valioso para a sobrevivência do próprio setor.

Ao chancelar esse pacote de retrocessos, a FPA igualou o criminoso ambiental ao produtor legalizado. O que fica, portanto, é uma pergunta incômoda: se perdemos o clima, a sociedade e quem produz dentro da lei, quem ganhou com a semana do agronegócio?



## Arquivos para a justiça social



» ANA FLÁVIA MAGALHÃES  
Professora do Departamento de História da UnB e conselheira da Casa Sueli Carneiro

» NATÁLIA CARNEIRO  
Jornalista e diretora-executiva da Casa Sueli Carneiro

O arquivo não é um mero ajuntamento de dados, mas um status. Taxativo, o entendimento de Achille Mbembe, renomado pensador camaronês, encontra sustentação em muitas evidências e explicita a natureza política das instituições arquivísticas, e do papel da memória em nosso tempo.

Por representar prestígio, os arquivos materializam a escolha do que são sujeitos, fatos e espaços dignos do não esquecimento, algo que vale ser revisitado no futuro porque dá lastro a prioridades coletivas. Trata-se do que o historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot chamou de "poder arquivístico", e que, por certo, não está garantido a todas as pessoas, sobretudo, em sociedades marcadas por desigualdades.

O controle desigual sobre a produção histórica daí resultante, não por acaso, tem feito do modelo hegemônico de arquivo um monumento ao apagamento ou ao subdimensionamento de amplos segmentos populacionais ao longo de séculos — em especial de pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e a maioria das mulheres e dos pobres.

Desde a experiência colonial, a gestão da memória operou sob a lógica do epistemicídio: um projeto deliberado de silenciamento que nos empurrou o estatuto de objeto, ora o corpo escravizado, o réu, o não cidadão, o problema social. Jamais o sujeito com legitimidade para o ativo gesto produtivo de organizar fatos e elaborar narrativas com inteligibilidade histórica de amplo alcance.

Nesse jogo de poder, o pressuposto da "neutralidade técnica" das instituições de salvaguarda da memória se revela um mito, funcionando como justificativa para processos de seleção que orientaram até mesmo os limites do direito à vida. Esse estado de coisas tem sido bastante questionado por grupos que reconhecem a importância estratégica da disputa pela memória para a promoção dos direitos humanos e a construção das democracias.

Na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), a memória passou a ser tratada como parte estruturante dos processos de reparação, reconhecendo efeitos da escravidão e do colonialismo no presente. Supera-se, portanto, a visão dos arquivos e museus como espaços de guarda, sendo esses considerados como instâncias implicadas na superação das próprias desigualdades às quais estão vinculados.

As recomendações da 5ª Sessão do Fórum Permanente de Pessoas Afrodescendentes, realizada na Suíça, em abril, aprofundam esse debate, ao estabelecer que a restituição do patrimônio cultural é um pilar da justiça reparatoria no cenário global. Essa perspectiva indica que as políticas de memória devem assegurar a participação de sujeitos vulnerabilizados. Isso demanda investimento em infraestrutura de conservação, formação técnica especializada e

garantia de acesso público gratuito nos territórios de origem.

O Brasil, porém, pouco avançou na efetivação de políticas públicas em consonância com os próprios acordos internacionais de que é signatário. As experiências dos arquivos negros e comunitários explicitam essas lacunas e expressam a urgência de superação dessa matriz perigosamente conservadora.

Afinal, enquanto a memória negra for tratada como subproduto, teremos apenas um arremedo malffeito da memória do próprio povo brasileiro. Ao reunir e organizar nossos arquivos, colocamos em questão os critérios que estruturaram o campo e ampliam as formas de definir o que deve ser preservado e como.

Entre 26 e 28 de maio, acontece a 2ª Conferência Nacional de Arquivos, coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos. É a primeira vez que os arquivos comunitários alcançaram representação de tamanho alcance, embora existam há décadas. É inegável a falta de correspondência entre essa realidade e as políticas públicas existentes.

O que está em jogo é um reposicionamento histórico, pois não se trata de um lugar à mesa, mas de afirmar o que foi a base da nossa sociedade e que seguiu sistemática e injustamente ocultado. A democratização da memória exige que o Estado brasileiro reconheça nossa autoridade técnica e política sobre nossas próprias experiências e narrativas históricas, saindo do simbolismo e avançando em escala e estabilidade.

O país tem diante de si a oportunidade de encaminhar mudanças substanciais nessa direção.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

## Na era da midiocracia

Não há mais tanta utilidade em tentar antecipar quem ocupará o Palácio do Planalto após 2026, quais partidos formarão maioria no Congresso Nacional ou que grupos tradicionais dominarão os governos estaduais. Parte dos estudos contemporâneos em ciência política, filosofia da tecnologia e sociologia digital passou a discutir a hipótese de que as estruturas clássicas de poder construídas entre os séculos 18 e 20 estejam atravessando um processo gradual de deslocamento histórico. Em lugar da centralidade do Estado nacional, surgem sistemas de influência organizados em torno da informação, dos fluxos digitais e das plataformas tecnológicas globais.

Luciano Floridi, filósofo italiano, professor da Universidade de Oxford e um dos principais teóricos da chamada "filosofia da informação", utiliza o conceito de hiper-história para descrever sociedades cuja sobrevivência depende integralmente das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Segundo Floridi, "sociedades hiper-históricas prosperam apenas quando baseadas em TICs e são extremamente vulneráveis a ataques informacionais". A afirmação aparece em estudos que analisam a transformação da informação em principal eixo de organização econômica, política e cultural do século 21.

Com o avanço das chamadas TICs, altera-se profundamente o funcionamento das relações sociais. Internet, redes sociais, computação em nuvem, inteligência artificial, algoritmos de recomendação e plataformas digitais passaram a mediar não apenas a circulação de dados, mas também relações econômicas, afetivas, profissionais e políticas. A informação tornou-se matéria-prima estratégica.

Empresas como Alphabet, Meta, Amazon, Microsoft e Tencent passaram a concentrar capacidade inédita de coleta, processamento e distribuição de informações em escala planetária. Em alguns casos, o faturamento anual dessas corporações supera o Produto Interno Bruto (PIB) de diversos países médios. A Alphabet registrou receita superior a US\$ 350 bilhões em 2025. A Meta ultrapassou 3 bilhões de usuários ativos mensais em suas plataformas digitais.

Byung-Chul Han, cientista político sul-coreano, passou a utilizar o conceito de "infocracia" para descrever sistemas em que o poder deixa de operar prioritariamente pela coerção física e passa a funcionar pela gestão algorítmica da informação, da atenção e do comportamento. Em uma de suas formulações mais conhecidas, Han afirma que "a informação produz uma nova forma de dominação". Para o filósofo, o excesso de dados, estímulos e comunicação contínua altera os próprios mecanismos tradicionais da democracia representativa.

Ao mesmo tempo, governos nacionais enfrentam crescente dificuldade para controlar fluxos informacionais transnacionais. Plataformas digitais operam simultaneamente em centenas de países, armazenam dados em servidores distribuídos globalmente e utilizam estruturas jurídicas que frequentemente escapam aos modelos clássicos de regulação estatal. Questões envolvendo privacidade, soberania digital, inteligência artificial e manipulação algorítmica tornaram-se centrais na agenda geopolítica contemporânea.

Estados Unidos e China concentram atualmente os maiores investimentos globais em IA generativa, semicondutores e infraestrutura computacional. Relatório da Stanford University divulgado em 2025 mostrou que investimentos privados globais em inteligência artificial ultrapassaram US\$ 180 bilhões em um único ano. A tecnologia tornou-se simultaneamente instrumento econômico, militar e político.

Yuval Noah Harari, historiador israelense, sustenta que "quem controlar os dados controlará o futuro". A frase sintetiza uma percepção crescente entre pesquisadores de que o domínio informacional tende a se tornar elemento determinante das novas relações de poder global. Nesse cenário, a soberania deixa de depender exclusivamente de território, população e força militar, incorporando capacidade tecnológica e controle de infraestrutura digital.

Parte da literatura acadêmica contemporânea passou a utilizar metáforas biológicas para descrever a crise das estruturas políticas tradicionais. O conceito de "apoptose política", mencionado em debates recentes sobre teoria do Estado, faz analogia ao processo celular programado de autodestruição. A hipótese sugere que determinadas instituições concebidas para sociedades industriais podem enfrentar esvaziamento gradual de funcionalidade diante da reorganização digital da economia e da vida social.

Esse processo não implica necessariamente desaparecimento imediato dos Estados nacionais, mas aponta para redistribuição de centralidade. Poderes tradicionais, Legislativo, Executivo e Judiciário, passam a compartilhar espaço com plataformas digitais, empresas de tecnologia, sistemas automatizados e redes globais de informação capazes de influenciar mercados, eleições, opinião pública e comportamento coletivo em escala transnacional.

### A frase que foi pronunciada:

"Na midiocracia, também a política se submete à lógica das mídias de massa. O entretenimento determina a mediação de conteúdos políticos e deteriora a racionalidade."

Byung-Chul Han

### História de Brasília

Agora, as notícias: o Ministério da Educação autorizou o Tesouro a liberar 610 milhões para serem utilizados pela Fundação Educacional. (Publicado em 20/5/1962)